

Lélia Gonzalez: intérprete da formação social do Brasil

Maria Fernanda Novo

USP

RESUMO

O artigo percorre argumentos presentes na obra de Lélia Gonzalez que justificam sua importância na formulação de uma perspectiva original interpretação da formação social do Brasil. Nesse sentido, sugere-se um percurso analítico a partir de diferentes textos da autora que traduzem seus vínculos teóricos e interesses especulativos. Marxismo, teoria social e psicanálise são eixos estruturais do pensamento de Gonzalez, em função dos quais procura-se evidenciar as contribuições dessa intelectual americana sobre a formação social do Brasil enquanto um campo aberto de estudos.

PALAVRAS-CHAVE

marxismo; teoria social; psicanálise; formação do Brasil.

ABSTRACT

This paper follows some important arguments presented in the work of Lélia Gonzalez in order to propose an original perspective as interpreter of the social formation of Brazil. Thus, an analytical path is suggested that translates some of her theoretical connections and speculative interests. Marxism, social-historical theory and psychoanalysis are structural axes of Gonzalez's thought, by which it is possible to put in evidence the contributions of this intellectual to the social formation of Brazil as an open field of studies.

KEY WORDS

marxism; social theory; psychoanalysis; formation of Brazil.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.

Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome.

Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo*, p. 540

Introdução

A tradição de estudos sobre a formação social do Brasil raramente inclui Lélia Gonzalez como um de seus expoentes, apesar de a intelectual da amefricanidade ter contribuído de maneira substancial, e com análises inovadoras, para este campo. Em geral, o reconhecimento de Gonzalez como intelectual passa pela repercussão de suas ideias no pensamento feminista afro-latino-americano¹, fortalecendo uma corrente feminista independente em relação ao feminismo europeu. Sua obra e trajetória também são notadas pela participação como uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), sintetizando a importância da autora na formação do ativismo negro brasileiro desde a década de 1970², e, mais recentemente, pela articulação entre psicanálise e raça, campo de estudos em franca expansão no Brasil³.

Mas, além dessas importantes contribuições, um dos temas presentes na produção de Gonzalez é aquele que dialoga abertamente com os parâmetros teóricos estabelecidos para analisar a formação social do Brasil. Isso, seja para denunciar o racismo denegado de tais teorias, seja para assimilá-las, com o objetivo de construir uma via específica de interpretação que coloca a população negra no centro das dinâmicas socioeconômicas e das relações sociais que forjaram a sociedade brasileira. Nesse jogo entre a recusa e a apreensão está a teoria original e muito pertinente dessa intelectual, que deve figurar entre o seletivo grupo de autores canonizados como intérpretes do pensamento social brasileiro.

¹ Cf. Araújo, 2020; Bairros, 2000; Barreto, 2017; Ratts; Rios, 2010; Rios; Lima, 2020; Rios, 2021.

² A participação de Lélia Gonzalez no MNU ganha destaque enquanto representante da *Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias* na constituinte, em uma das reuniões de 1987 dedicadas à discussão dos assuntos de interesse da população negra. Cf. Garrido, 2018.

³ Cf. Ambra, 2019; Paulina, 2021.

De saída, é importante dizer que não se trata de desqualificar os pensadores desse campo do conhecimento. As contribuições de Gonzalez podem figurar de modo coextensivo à produção da chamada “escola paulista de sociologia”⁴, por exemplo. Tampouco se trata de disputar o espaço reservado aos intelectuais negros reconhecidos por suas contribuições a uma interpretação da formação social do Brasil. Clóvis Moura⁵, certamente, é um desses intelectuais celebrados que, inclusive, é também interlocutor de Gonzalez em diversos textos. Portanto, o objetivo deste artigo não é estabelecer qualquer tipo de competição entre uma produção negra ainda timidamente reconhecida nas nossas universidades. Mais interessante que a disputa pelo estreito espaço político-epistêmico convencionado aos intelectuais negros é justamente a expansão de seus limites. Em suma, considerar Lélia Gonzalez uma intérprete da formação social do Brasil não é apagar a contribuição de outros intelectuais negros, tampouco é aniquilar as referências ao cânone. Trata-se, muito mais, de ampliar as possibilidades teóricas e imaginativas de pensar a formação de um Estado e de uma sociedade estruturalmente marcados pelo racismo nas instituições e nas relações sociais como um todo.

Outro ponto importante diz respeito à análise dos riscos de tornar Gonzalez uma referência para esse campo de estudos, cujas premissas são hegemonicamente brancas. Tais riscos são aqui compreendidos como um convite à reflexão sobre a ausência e o silenciamento das vozes de mulheres negras na consolidação dos estudos que

⁴ Sob a liderança de Florestan Fernandes, foram realizadas diversas pesquisas que contribuíram para a apresentação de abordagens inovadoras sobre a sociedade brasileira, interessadas em apresentar os aspectos da modernização. Fernandes, em especial, ao publicar *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), consolida uma agenda de pesquisas que se dedica a investigar a participação da população negra na composição socioeconômica brasileira. O conjunto de estudos do autor sobre a presença da população negra na formação social do Brasil confere particularidades ao capitalismo brasileiro orientado pela experiência escravista que preserva geneticamente as relações sociais do escravismo. Como afirma Fernandes (1976, p. 59): “A estrutura da sociedade está preparada para reprimir qualquer pressão racial que se volte para a democratização da ordem social (e, implicitamente, da ordem racial que ela absorve e retrata): a Abolição não aumentou em nada as probabilidades de participação econômica, social, cultural e política do ‘elemento negro’. Ela foi uma revolução do branco para o branco e, nesses limites, manteve intacto o padrão assimétrico de relação racial e as desigualdades raciais, institucionalizadas ou não.”

⁵ Clóvis Moura foi um dos cientistas sociais de maior destaque sobre os estudos raciais e as estratégias de luta de classe no Brasil. Um eixo central de sua obra é posicionar os negros como agentes coletivos dinâmicos que interferiram no modo como as reivindicações sociais no país estão profundamente vinculadas ao passado escravista e os movimentos negros que interrompiam a naturalização da exploração. De acordo com o autor: “Esta revalorização do passado histórico do negro no sistema escravista mostrará a sua participação em movimentos que determinaram as principais mudanças sociais no Brasil” (Moura, 1983, p. 125). Para Moura, o passado escravista revela como o capitalismo dependente se consolida a partir das mesmas bases de expropriação dos negros e pobres. Escravismo e capitalismo dependente estão profundamente articulados e se revela na marginalização imposta às pessoas negras por uma contradição central no pós-Abolição entre o negro e as classes dominantes e a estrutura de poder ideologicamente escravista. Na transição de estatuto civil de escravos/propriedade para cidadãos, as supostas qualidades da mão de obra escrava desaparecem na condição de cidadão: o negro, de bom escravo, passa a ser mal cidadão, o que naturaliza a ideologia da escravidão para promover a marginalização dessa população. Cf. Moura, 1977; Queiroz, 2021.

fogem ao escopo das discussões sobre gênero e sexualidade. Não se pretende, com tal reflexão, desconsiderar a já consagrada contribuição de Gonzalez para a teoria feminista latino-americana. Afinal, seria descabido pensar as produções intelectuais de mulheres negras desvinculadas das estruturas de opressão que elas enfrentam e contra as quais, frequentemente, dedicam seu empenho ao criar convergências interpretativas das categorias de classe, gênero e raça. Dessa forma, se faz necessário compreender o pensamento dessa intelectual e ativista negra dentro de seu contexto sócio-histórico – e não de maneira isolada, como é frequente observar em estudos que analisam detidamente *as ideias* de um filósofo. O contrário disso é justamente inserir Gonzalez dentro de um campo de estudos em que a presença de mulheres negras ainda é algo raro, se não folclorizado.

No sentido de criar evidências que demonstrem as questões apontadas acima, partiremos de textos seminais em que Gonzalez afirma que seu interesse teórico-político também passa pela linguagem e pela atenção às metanarrativas presentes nos cânones. Estes posicionamentos estão explicitados em três textos fundamentais para entender a autora como intérprete da formação social no Brasil.

O artigo *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher* (Gonzalez, 2020a) evidencia o papel central do marxismo no pensamento de Gonzalez e serve como guia metodológico a partir do qual é possível identificar suas principais referências para analisar a estrutura da sociedade brasileira. O texto *Por um feminismo afro-latino-americano* (Id., 2020e) sintetiza a contribuição da autora nos diversos campos em que atuou como intelectual e teórica. Esse segundo texto é central para a presente investigação por estabelecer as proposições acerca da formação das sociedades latino-americanas em sua raiz ibérica. Já no artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (Id., 2020c), encontramos os argumentos sobre os efeitos psicossociais de uma sociedade estruturada pelo racismo, que se explicita nas violências sofridas pela população negra, em especial pelas mulheres, e se camufla em teorias sociais que mantêm os negros sob a condição de objetificação. Veremos adiante como tais construções teóricas se complementam e abrem caminho para a consolidação de uma vertente de análise que tem origem no pensamento de Gonzalez. Para esta investigação, acompanharemos os principais argumentos presentes nesses textos que jogam luz no conjunto de teorias sobre a formação das estruturas socioeconômicas do capitalismo brasileiro.

Ferramentas de interpretação da realidade brasileira

Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher é um texto de 1979, apresentado pela primeira vez no VIII Encontro Nacional da *Latin American Studies Association*, cujo enfoque evidencia o funcionamento do

modo de produção capitalista na formação socioeconômica brasileira. Nesse artigo, Gonzalez parte da hipótese que considera a expansão do capitalismo monopolista como resultado, sobretudo, da obstrução do crescimento das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas. A partir de uma abordagem marxista, a autora parte da definição do conceito de acumulação primitiva como processo que permite a emergência dos principais elementos da estrutura do capitalismo: o trabalhador livre e o capital. Contudo, essa assertiva fundamental de Marx é tomada como um instrumento de análise sobre a dinâmica capitalista desde a América Latina e, especialmente, desde a realidade brasileira.

A formação do capitalismo no Brasil ocorre pelos efeitos prolongados da pilhagem colonial no comércio exterior, como fonte produtora de lucro para os colonizadores e, depois, para as elites econômicas locais. A economia da pilhagem se torna a base do capitalismo periférico brasileiro, definida não apenas pelo desequilíbrio econômico característico da exploração, mas também ao se prolongar na formação da classe trabalhadora, que mescla o regime escravista e o trabalho assalariado. Segundo Gonzalez (2020a), no capitalismo brasileiro essas duas formas de trabalho coexistem. A formação dessa classe é motivada por uma “distorção do mercado de trabalho, uma vez que uma série de vínculos característicos de formas produtivas anteriores ainda se mantém em grande parte do setor rural” (*Ibid.*, p. 26). A coexistência de diferentes processos de acumulação capitalista aponta, portanto, para diferentes consequências com relação à força de trabalho, e são esses efeitos que ganham centralidade na investigação da autora.

Ao comparar as formas de capital monopolista e competitivo e ao identificá-las enquanto processos coexistentes no capitalismo dependente, o que marca a produção teórica marxista da América Latina⁶, Gonzalez acompanha a análise de José Nun, autor de teses centrais sobre as dinâmicas capitalistas em países marcados pelo colonialismo, o qual sugere uma formação específica do capitalismo nas regiões subdesenvolvidas. Aos processos produtivos particulares do capitalismo dependente, somam-se os momentos históricos diversos, necessários para analisar a funcionalidade da formação da força de trabalho denominada superpopulação relativa⁷, a qual se define pelo excedente de mão de obra à disposição das forças produtivas. A análise de Gonzalez sobre a formação desse fenômeno capitalista se dá pelo interesse em

⁶ É importante lembrar as contribuições de Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, que consolidaram a teorização marxista do capitalismo dependente no contexto da América Latina. Cf. Marini, 2012 e Bambirra, 1978.

⁷ Cf. Marx, 2013.

acompanhar a subdivisão dentro da superpopulação relativa, uma vez que, no capitalismo dependente, grande parte dessa categoria se torna supérflua e constitui o que será definido por Nun⁸ como massa marginal.

Esse autor teorizou a formação de uma subclasse do proletariado latino-americano composta tanto pelo exército industrial de reserva – ou seja, a população não absorvida pelo mercado de trabalho, mas que pode vir a fazer parte do processo produtivo – quanto pela massa marginal caracterizada pela população excluída desse processo. Na discussão apresentada por Gonzalez, a abordagem de Nun é adequada para pensar a questão da marginalidade funcional (exército industrial de reserva) e da marginalidade não funcional (massa marginal), a qual traz como pano de fundo o processo de subdivisão da força de trabalho, característico das formações tardias do capital industrial e monopolista. Em suma, reconhecer o capitalismo dependente como uma dinâmica específica de países periféricos implica em reconhecer os efeitos dessa dinâmica sobre a divisão do trabalho.

Apesar das análises de Gonzalez parecerem coladas às proposições de José Nun, a autora aplica a categoria de massa marginal à própria elaboração a respeito dos problemas emergentes do capitalismo brasileiro, a saber, gênero e raça. Tal conceito ganha outros contornos aos olhos de Gonzalez, já que “as questões relativas ao subemprego e baixa participação no mercado de trabalho recaem justamente à população negra, em especial às mulheres negras” (Gonzalez, 2020a, p. 27). A partir desta articulação entre gênero e raça, a massa marginal passa a ser analisada como um elemento que combina as estruturas da dependência colonial e a manutenção das formas produtivas: servidão e trabalho assalariado. Além disso, a superpopulação relativa contém em si o excedente, o não incorporado e a exclusão desdobrados em dois fenômenos: a marginalidade funcional (exército industrial de reserva) e marginalidade não funcional (massa marginal). Essa divisão cria, por sua vez, um fenômeno que deve ser analisado com base na combinação entre economia, política e ideologia. Para isso, afirma a autora, será preciso considerar práticas sociais que se articulam como algo fundamental desse processo e que remetem justamente à forma anterior do regime escravista.

⁸ No artigo *A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal*, Davisson de Souza apresenta os prolongamentos e a vigência da noção de massa marginal como elemento de interpretação do fenômeno do desemprego permanente que atinge a população pauperizada. Essa noção, cunhada por José Nun, aparece pela primeira vez num artigo de 1969 e ainda é pertinente para caracterizar a formação de um contingente populacional que, pela natureza supérflua de sua produção, sequer pressiona as forças produtivas pela inserção no chamado exército industrial de reserva, caracterizando assim uma estrutura afuncional. “Segundo Nun, o exército industrial de reserva é sempre funcional, já que, como o próprio Marx aponta, cumpre o papel de ‘produto e alavanca da acumulação capitalista’. Como alternativa, Nun cria o conceito de massa marginal que, ao contrário da funcionalidade do exército industrial de reserva, baseia-se na afuncionalidade ou na disfuncionalidade com relação ao mercado de trabalho” (Souza, 2005, p. 115).

A primeira chave de interpretação desse fenômeno se dá a partir da relação entre a integração social e a integração de sistemas. Para Gonzalez, é importante relacionar ambos os termos, justamente para apontar a *autonomia relativa* da massa marginal, e, portanto, a impossibilidade de integrá-la como força de trabalho para o capital produtivo. A autonomia desse estrato desloca análises mecanicistas que marcam o léxico do marxismo ortodoxo sobre integração social, sempre apresentado em termos binários como “adaptação/alienação, norma/poder, consenso/conflito” (*Ibid.*, p. 28), o que impede de percebê-la como contradição estrutural do sistema. Em outros termos, a integração nunca será efetivamente realizada, justamente porque o baixo grau de assimilação da massa marginal conduz à formulação de estratégias independentes e modos de “integração social compatíveis com a manutenção da matriz de relações vigentes” (*Ibid.*, p. 28).

Tal compatibilidade diz respeito à conformidade das relações sociais à formação social do Brasil, em termos de divisão social primordial que diferencia a população livre da escravizada. Mas como isso se mantém no capitalismo dependente? Na manutenção dessa lógica se constrói uma autonomia dos subsistemas, onde a massa marginal deixa de ser *não funcional* para se tornar *afuncional*. Em suma, no capitalismo dependente brasileiro, a massa marginal possui certo nível de autonomia em relação ao sistema produtivo. É justamente pela autonomia e, ao mesmo tempo, interdependência do sistema que *a massa marginal não vai desaparecer*. Nas palavras de Gonzalez:

A inteligibilidade dessa lógica da incoerência reequaciona certas análises em termos de dualismo sociológico (sociedade tradicional/ sociedade moderna coexistindo num mesmo país). Se o sistema, enquanto um todo, exige a redução da interdependência de suas partes, é claro que se a autonomia relativa de uma delas for ameaçada o sistema também será (*Ibid.*, p. 29).

Esse argumento abre uma chave de interpretação para a formação social do Brasil que se descola de análises etapistas, as quais fariam do capitalismo dependente um momento, ainda que aberrante, a ser superado. Contudo, o que interessa a Gonzalez não é oferecer um horizonte definitivo de interpretação das relações entre integração social e integração dos sistemas. O que parece importar à autora é, justamente, o desocultamento dos fatores que contribuíram, ao longo da formação da sociedade brasileira, para naturalizar a exclusão e a marginalização de uma parte significativa da população. Em outros termos, a noção de massa marginal é utilizada para mobilizar as correlações entre capitalismo e subjugação racial, no contexto do capitalismo dependente, articulando uma crítica do capitalismo patriarcal-racista que estrutura as sociedades latino-americanas. Para Gonzalez, a opressão das mulheres negras

nesse contexto é acentuada, porque isso se faz a partir de um caráter triplo. Ao articular as noções de exploração/subjugação de gênero e raça ao capitalismo patriarcal-racista dependente, a autora se desvincula definitivamente das análises de José Nun e, com isso, elabora em termos próprios a dinâmica do capitalismo patriarcal-racial latino-americano.

Gonzalez oferece uma visão sobre o caráter heurístico da noção de massa marginal e nos permite compreender padrões específicos de integração social para além das estruturas determinadas de um viés estritamente econômico. Ela está interessada em revelar as interferências políticas e ideológicas na transição do regime de servidão para o regime assalariado e as deficiências das teorias sociológicas que, ao isolar esses dois momentos, segundo a autora, transpõem as interpretações de forma mecânica para analisar realidades diferentes. São esses teóricos submissos ao que ela chama de “neocolonialismo cultural”. A consequência mais grave dessa submissão é a reprodução, por parte dos teóricos brasileiros, do mito da democracia racial.

A mais eficaz das ideologias

Analisar as relações raciais no Brasil pós-Abolição é parte do trabalho incansável de Gonzalez, que procura decifrar o mito da democracia racial combinado com a ideologia do branqueamento, fenômeno estruturante da formação das sociedades latino-americanas. No artigo *Por um feminismo afro-latino-americano* (Gonzalez, 2020e), a autora apresenta uma genealogia da ideologia do branqueamento, cuja raiz se encontra na formação colonial da América Latina. Os conflitos raciais oriundos do início das sociedades ibéricas teriam origem no período da invasão dos mouros no ano de 771, a qual deflagra uma tensão não somente de caráter religioso, mas também marcada por um forte conflito racial. Isso oferece aos espanhóis e portugueses uma experiência em articular as relações raciais, posteriormente incorporadas como um dos pilares do colonialismo. A constituição das sociedades ibéricas⁹ se estabelece a partir de um rígido sistema hierárquico distribuído em diversas funções sociais, o que interdito espaços de igualdade, promovendo a subjugação de grupos étnicos como os mouros e judeus (*Ibid.*).

Esses dois dados históricos (a opressão de grupos étnicos e a hierarquização social) integram a formação das sociedades coloniais latino-americanas, herdeiras da classificação social (sexual e racial) e da burocracia organizacional que definiram os impérios portugueses e espanhóis. A subjugação de raça e gênero implicada nessa raiz ibérica é atualizada com elementos do colonialismo moderno, que transforma

⁹ Cf. Gonzalez, 2020, p. 130-131.

os racismos antinegro e anti-indígena em forças propulsoras da empresa colonial (2020d). Nas sociedades pluriétnicas e multirraciais da América Latina, a extensão colonial da estratificação racial não depende de mecanismos jurídicos, porque as “hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante” (Gonzalez, 2020e, p. 143). Podemos utilizar esse argumento para pontuar que o colonialismo cria um tipo de competição racial entre grupos racializados, mas que no fundo continuarão subordinados à hegemonia branca. Essa forma de competição é um modo eficaz do colonialismo para garantir que as disputas entre os grupos racializados apareçam como distorções que impedem a observação da real fonte de opressão e subjugação racial. Como afirma Gonzalez:

Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas. Estratificadas racialmente, elas apresentam um tipo de contínuo de cor que se manifesta em um verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de 100 denominações para designar a cor das pessoas). [...] O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento tão bem analisada pelos cientistas brasileiros (*Ibid.*).

Dessa caracterização da formação das sociedades ibéricas, Gonzalez extrai um argumento sociológico dos mais cruciais para pensar suas estruturas sociais engendradas pelo racismo, sintetizado na afirmação de que todos são iguais perante a lei. Desse modo, a subjugação racial e a herança colonialista são neutralizadas pelo ideal de uma suposta igualdade. É redundante dizer que esse argumento tem um caráter puramente formalista, porque essa sociedade se estrutura a partir da divisão social e da hierarquização racial, que impedem a efetivação da integração ou da igualdade. No entanto, é justamente dos formalismos que essa forma ideológica tão eficaz se sustenta. Ao mesmo tempo, a ideologia do branqueamento é sistematicamente propagada pela mídia de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, como escolas e igrejas, e, uma vez estabelecida, cria a concepção social hegemônica de que a cultura ocidental é branca e universal. Além disso, o mito da superioridade branca também é promovido pela fragmentação e desintegração da identidade étnica de negros e indígenas, deflagrando violentos processos de alienação de si.

Outros países latino-americanos passaram por processos similares de ocultamento formal do racismo. Poderíamos pensar no exemplo da Argentina, que apagou sistematicamente os traços indígenas e negros da sua população e, conseqüentemente, da sua história. Esse país conduziu forçosamente um apagão estatístico sobre

raça nos censos ao longo do século XX. Na América Latina como um todo, os indígenas algumas vezes foram reabilitados sob o símbolo místico de resistência contra a violência colonial e neocolonial, ao preço dessa população se manter subordinada.

A estratégia das elites desses países é fazer valer uma manobra política para construção de uma identidade colonial imaginariamente heroica, sem que isso interfira na subjugação racial contra povos indígenas. Já os negros desapareceram das análises das sociedades contemporâneas latino-americanas, limitando a presença dessa população ao período escravista. A ausência de estudos sobre os negros nas sociedades pós-Abolição torna este segmento social invisível. Constrói-se até mesmo argumentos sobre a inexistência da racialidade em tais análises¹⁰, o que se deveria ao fato de os negros terem sido absorvidos pela totalidade da população em condições de relativa igualdade.

Gonzalez aponta para a dificuldade de se consolidar estudos e encaminhamentos sobre as relações raciais na América Latina, apesar de existir no Brasil uma vasta literatura sobre os negros no período pós-Abolição. Mas de que tipo de literatura se trata? Justamente aquela que fundamentou e propagou o que chama do mito mais eficaz de dominação ideológica: a democracia racial. Noção essa que serve de base retórica para garantir o princípio formalista da igualdade entre os cidadãos e que se desdobra na propagação de uma suposta harmonia racial, “desde que estejam sob o escudo do branco dominante, que revela suas articulações com a ideologia do branqueamento” (*Ibid.*, p. 144).

No caso brasileiro, a anulação jurídica do escravismo não alterou as condições de vida da população negra. A transição do regime escravista para o regime assalariado não representou mudança estrutural nas formas de subjugação racial e nos modos de exploração socioeconômica dessa população, o que coloca a Abolição como um adorno neocolonial bastante útil para a ideologia dominante da elite brasileira. Diante desse contexto, vale ressaltar que “para nós, homens e mulheres negros, nossa luta pela libertação começou muito antes desse ato de formalidade legal e continua até hoje” (*Ibid.*, p. 139).

Interessa a Gonzalez refletir sobre a presença da população negra a partir de espaços e dinâmicas que compõem essa sociedade, orientada desde sua formação pelo escravismo. Assim, aponta para a necessidade de reconhecimento das contradições internas e da desigualdade racial que a caracteriza. Entretanto, essa reflexão deve seguir por teorias menos acomodadas à naturalização da divisão social e da subjugação racial, distanciando-se das interpretações etnocêntricas que até mesmo os setores

¹⁰ Gonzalez toma como referência o historiador argentino George Andrews e seu livro *The Afro-argentinians of Buenos Aires* (1980), no qual ele defende a tese da diminuição dos marcadores raciais na sociedade, o que se contrapõe ao argumento tornado comum de que a população negra na Argentina diminuiu a partir da política de embranqueamento, resultado de uma ostensiva migração.

progressistas não conseguem escapar, quando reduzem a questão racial à questão econômica. De acordo com Gonzalez:

O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução/perpetuação. A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais? (2020a., p. 38).

Além disso, as formas racionalizadas de dominação e opressão racial sustentam argumentos como o da meritocracia, na medida em que camuflam problemas sociais como se fossem questões individuais. A adesão de teorias sobre a formação social do Brasil à perspectiva naturalizadora da democracia racial é a causa de argumentos descolados da realidade racial brasileira.

Gonzalez se posiciona de maneira crítica em relação às análises da esquerda brasileira, excessivamente eurocentrada, por também terem absorvido a tese da democracia racial, já que seus interesses não ultrapassaram o campo das contradições de classe. Segundo a autora, como as esquerdas são “metodologicamente mecanicistas (porque eurocêntricas), elas acabaram se tornando cúmplices de uma dominação que pretendiam combater” (2020e, p. 145).

O problema mais agudo das teorias sociais que interpretam a formação do Brasil é a adoção de referenciais hegemônicos europeus, num gesto que a autora denomina como *neocolonialismo cultural*, ou seja, tornar universal a razão ocidental, a qual produz discursos arremedados e parciais sobre a realidade da população racializada.

Diferentes posicionamentos teóricos vêm buscando explicar a situação da *população de cor* (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal situação se traduz numa participação mínima nos processos político, econômico e cultural. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural; desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações ‘conceituais’ que se perdem no abstracionismo. Seu ‘distanciamento científico’ quanto ao seu ‘objeto’ (isto é, o negro e o mulato) revela, na realidade, a necessidade de tirar de cena um dado concreto fundamental: *enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor*. Alienação? Recalcamento? O fato é

que, em termos teóricos, tal obstáculo epistemológico produz discursos parciais nos dois sentidos (Gonzalez, 2020a, p. 31).

Decorre que parte da produção desses discursos parciais sobre as relações raciais e a formação social brasileira pode ser observada em três tendências de estudos oriundos:

1. Da sociologia acadêmica, incluindo a escola paulista, que constrói análises sobre o prolongamento da marginalização do negro na passagem do regime escravista para o regime de trabalho livre para a qual os argumentos da cultura da pobreza, da anomia social e da família desestruturada servem também para desobrigar as elites brancas e suas instituições da responsabilidade em relação à desigualdade racial;
2. Do marxismo ortodoxo, que privilegia as análises de classe e pretende superar as desigualdades raciais a partir da solução idealizada de união entre diferentes raças pela classe trabalhadora, sem, no entanto, se valer de análises sobre a massa marginal, na qual essa população se mantém excluída das dinâmicas de classe tradicionais que organizam as forças produtivas;
3. Da perspectiva que valoriza a internalização da colonização e seus efeitos, e cuja análise sobre o privilégio racial de brancos sobre negros culmina na articulação da ideologia do branqueamento com o mito da democracia racial.

No fim, se tomadas de forma isolada, essas tendências tornam as análises sobre as relações raciais no Brasil deficitárias de dados da realidade objetiva, isto é, das estruturas do racismo e seus efeitos vividos diretamente pela população negra. Ao analisar as relações raciais após a Abolição, Gonzalez (2020a) propõe a combinação dessas teorias com o conjunto de práticas e a construção ideológica que caracteriza o racismo. No Brasil, as práticas e ideologias que sustentam o racismo estão pulverizadas em campos diversos das estruturas sociais. O discurso ideológico que sustenta o racismo se confunde com aquele que sustenta a reprodução das classes sociais. Ao aproximar as definições de exploração de raça em Hasenbalg (1982) e de classe em Althusser, Gonzalez encontra o fundamento teórico que lhe permite investigar as articulações dessas estruturas de opressão a partir de diversos aspectos, os quais revelam uma realidade em que as opressões de classe, raça e gênero são articuladas para a manutenção da ideologia dominante. Nesse contexto, a raça aparece como uma categoria subordinada à noção de classe, e o racismo como prática social que garante a validade desta categoria no aperfeiçoamento de modelos de subjugação racial que irá sustentar a suposta integração do negro na sociedade de classes.

Para Gonzalez, é possível encontrar a interconexão das formas de reprodução classistas e racistas quando se observa as relações raciais a partir de aspectos geográficos, econômicos, históricos e educacionais. No que se refere à participação do negro na sociedade pós-Abolição, vê-se uma vantagem dos grupos brancos sobre os

negros que, obrigados a acompanhar os ciclos econômicos (açúcar, mineração, industrialização), se deslocam de uma região para outra, sem que haja políticas de distribuição dessa população nos novos territórios, o que forjou a criação de territórios marginalizados.

No processo de industrialização, o Sudeste articulou a política da polarização racial ao promover a imigração da população europeia para a formação de uma força de trabalho não negra; as políticas de embranquecimento promovidas pelo Estado, entre o final do século XIX e início do século XX, acontecem sob pretexto da importação de mão de obra qualificada para o projeto de modernização/industrialização. Além disso, a desigualdade racial é demonstrada através da dinâmica de ocupação das vagas de emprego, a partir de uma vantagem competitiva dos trabalhadores brancos, dada a estrutura de exploração do negro. Como observa Gonzalez,

o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. [...] Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva (2020a, p. 35).

Tal desigualdade também encontra sua raiz no baixo índice de escolaridade da população negra que, mesmo quando tem acesso à escolarização e formação profissional, não se beneficia delas, mantendo, desse modo, a desvantagem competitiva em relação aos brancos. O sistema educacional é entendido por Gonzalez como aparelho ideológico do Estado, pois desenvolve com eficácia o controle da discriminação racial. Nesse sentido, a educação é pensada como força motriz do complexo processo de divisão racial de trabalho quando se considera o baixíssimo nível de escolaridade da população negra em relação à população branca. Quando a educação é relacionada ao trabalho, os níveis ocupacionais da população negra são os mais desvalorizados; mesmo com a escolaridade exigida pelos postos mais qualificados, os negros continuam em prejuízo. Assim, “a população negra se beneficia muito menos dos retornos da educação” (*Ibid.*, p. 37).

A educação também opera como propagadora do mito da democracia racial “enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil” (*Ibid.*, p. 38), mito que se camufla na retórica de igualdade e imparcialidade jurídicas. O ambiente social em que a democracia racial se prolifera é propício para veiculação de ideais meritocráticos, por excelência embebidos pelo racismo. Pela lógica da meritocracia, “se o negro não ascendeu socialmente e não

participa com maior efetividade nos processos políticos e sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio” (*Ibid.*, p. 38). Nesses termos, o racismo no pós-Abolição se aperfeiçoa como um instrumento muito eficaz de manutenção das estruturas de opressão herdadas do escravismo. Vale sublinhar que a crítica sobre a educação como aparelho ideológico do Estado ganha contornos específicos quando interpretado à luz do desocultamento do mito da democracia racial, como o faz Abdias Nascimento:

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se a consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (*apud* Gonzalez, 2020a, p. 39).

Os estudantes negros integrados a um sistema educacional com tais características têm que lidar com a contradição inerente ao processo de formação e de trabalho, que deveriam ser estruturantes para as relações sociais, mas acabam por adquirir um sentido desagregador, justamente porque o estudante negro é conduzido a viver experiências de alienação em relação à sua identidade e origem sócio-histórica. A inadequação a esse sistema assume formas de rejeição, recusa e traumas que se acumulam ao longo da vida escolar. Soma-se a isso a má distribuição dos recursos da educação, o que precariza as escolas localizadas nas periferias das cidades onde a população é predominantemente negra. A falta de uma política educacional que considere a realidade de crianças e jovens negros está diretamente ligada ao fato de esse grupo passar regularmente por situações de violências simbólicas de um ensino que não assume a centralidade da população negra e sua origem africana para a formação do Brasil.

Além disso, ao analisar a situação escolar das mulheres negras, Gonzalez (2020a) encontra uma realidade transtornada. O censo de 1950 sobre a escolaridade e a atividade econômica das mulheres negras demonstra que o analfabetismo é fator predominante e que noventa por cento das mulheres negras atuam no trabalho doméstico. Nos censos seguintes, a informação sobre raça, escolaridade e trabalho desaparece parcial ou completamente, assim como no período da ditadura, demonstrando “a intenção de escamotear a situação de miséria e desamparo em que ela [mulher negra] se encontra, além do interesse em aparentar a inexistência da discriminação racial no Brasil” (*Ibid.*, p. 41).

Resta saber como a ideologia do branqueamento e a correlata democracia racial estão presentes na ausência de questionamentos sobre a reprodução de uma dinâmica de relações sociais absolutamente empobrecida pelo racismo. Ao investigar a ausência dessa problematização por parte dos intelectuais da formação social, Gonzalez desenvolve a ideia de *neurose cultural brasileira*, como veremos adiante. Combinar as teorias de orientação materialista com a psicanálise torna a autora uma intelectual de vanguarda, sobretudo porque nas décadas de 70 e 80 a recepção desta área do conhecimento dentro das ciências humanas ainda era quase inexistente.

A massa marginal não é um número: teoria social e psicanálise

Ao relacionar os estudos de gênero com a psicanálise, Lélia Gonzalez encontrará uma matriz potente de interpretação sócio-histórica da sociedade brasileira contemporânea, marcada pela desigualdade obscena e pelos autoritarismos das elites e das forças militares que estrangulam e enfraquecem as possibilidades de uma democracia real. Por um lado, os estudos de gênero são responsáveis por introduzir elementos antes ignorados pelas teorias sociais tradicionais, o que faz aparecer um novo sujeito social responsável tanto pelo fundamento da organização social, já que as mulheres representam grande parte da força de trabalho, quanto pela manutenção do trabalho reprodutivo que, quando invisibilizado, esconde também as raízes das violências estruturantes dessa sociedade, sendo as mulheres negras a camada da população mais atingida. Por outro lado, a psicanálise associada às análises sociais permite a descrição de processos sócio-históricos através de elementos ricos em possibilidades interpretativas, justamente porque a linguagem é estrutura e a partir dela é possível explorar de maneira objetiva o que a lógica do racismo e do colonialismo pretende esconder.

No pós-Abolição a mulher negra foi fundamento da comunidade negra, que passava da designação jurídica de propriedade para a de cidadãos livres. Gonzalez (2020b) descreve a formação da família negra, em que a mulher adquire um papel estruturante ao viver a jornada dupla, participando da sociedade como força de trabalho na dinâmica capitalista e assumindo os trabalhos reprodutivos dentro da própria casa. Contudo, em qualquer análise sobre o processo de modernização e industrialização no Brasil, percebe-se a exclusão de mulheres negras. O mesmo acontece na dinâmica da mobilidade social, que exclui a população negra da formação da classe média brasileira.

A partir dessas evidências, Gonzalez percebeu a deterioração das possibilidades de inclusão de pessoas negras no mercado de trabalho, as quais se constituem como fontes primárias da formação da massa marginal. No entanto, tal afirmação não é central ou é inexistente nas análises dos teóricos da formação social brasileira e nas

análises de feministas brancas sobre a presença das mulheres negras na formação da classe trabalhadora; ou seja, a origem do subproletariado no Brasil não é descrita a partir de marcadores raciais. Qual o motivo dessa ausência? O que sustenta as abordagens teóricas que se furta de pensar a mulher negra como o elemento que estrutura a sociedade brasileira? As contribuições de Gonzalez ensaiam uma resposta a essas perguntas e dão um passo além de apenas localizar as mulheres negras na base da pirâmide social brasileira. A intelectual amefricana se empenha em fazer aparecer as metanarrativas das teorias sociais e feministas que tentam esconder essa evidência como se esconde um elefante na sala. Daí aparece uma noção que desvenda de uma vez por todas o mito da democracia racial: o racismo por denegação.

Gonzalez relaciona conceitos oriundos de diversos campos, apresentando um processo analítico sobre os elementos essenciais que construíram um novo horizonte de interpretação sobre a presença da população negra no capitalismo patriarcal e racista, elaboração que ganha contornos específicos quando pensada à luz do capitalismo dependente. Consideramos essa afirmação um ponto de partida para compreender a complexidade analítica produzida por Gonzalez no intuito de descrever a força do racismo na sociedade brasileira. Vimos anteriormente que a preocupação com o racismo brasileiro não isenta a autora de pensar o mesmo fenômeno na América Latina, o qual atinge, com toda a brutalidade do racismo, as mulheres negras e indígenas. São essas mulheres, ameríndias e amefricanas, que permanecem “subordinadas a uma latinidade que legitima a inferioridade” (Gonzalez, 2020e, p. 140).

Se o feminismo é uma articulação entre teoria e prática, deve colocar novas questões para a crítica social, esta que, por força da sua fundamentação teórica europeia e sexista, não é capaz de visualizá-las. No capitalismo patriarcal e racista, o feminismo se fortalece e se desenvolve em torno da análise sobre esse sistema de produção e reprodução ideológicas, revelando as bases materiais e simbólicas da opressão contra as mulheres; é essa perspectiva feminista de orientação materialista e anti-capitalista que interessa a Gonzalez.

As novas questões colocadas pelo feminismo (*Ibid.*, p. 140) também revelam o caráter político da esfera privada/doméstica, analisada a partir da sexualidade, violência e direitos reprodutivos, e vinculada às relações tradicionais de dominação e submissão. Isso se coaduna com o esforço do feminismo consolidado nas décadas de 70 e 80 em incluir elementos materialistas, antes isolados das análises, como centrais para a reprodução capitalista: a divisão sexual do trabalho, o trabalho reprodutivo e a exploração sexual.

Gonzalez reconhece a importância da radicalidade feminista, que se concentra em apresentar possibilidades concretas para um modelo alternativo de sociedade. Isso acontece na articulação entre proposições teóricas inovadoras e arrojadas e ações

práticas. Contudo, se o feminismo branco teve êxito ao apontar as opressões oriundas da divisão sexual do trabalho e da sexualidade, falhou ao negligenciar as opressões sofridas pelas mulheres em função do caráter racial¹¹. Esse é o motivo pelo qual Gonzalez não se limita às categorias analíticas do feminismo ocidental e, junto com feministas negras da sua geração, como Angela Davis¹², inclui a racialidade como elemento-chave para criar um campo de interpretação e uma agenda político-epistemológica capazes de apreender a totalidade dos fenômenos de opressão que recaem sobre as mulheres não brancas. Seu interesse é apresentar uma crítica sobre a miopia racial que condena o feminismo ocidental às análises circunscritas a recursos teóricos, cujos resultados são limitados às fronteiras europeias.

A ausência da abordagem racial nos textos e práticas feministas é um grande entrave para consolidar perspectivas reais sobre a população feminina e negra no Brasil. Em comparação, o feminismo norte-americano, que incorporou elementos da luta pelos direitos civis e do movimento *black power*, questiona conjuntamente o fundamento sexista e racista dos pressupostos pela igualdade e liberdade. “O fato de o movimento dos direitos civis ter quebrado os pressupostos sobre igualdade e liberdade na América abriu um espaço para questionarmos a realidade de nossa liberdade como mulheres” (*Ibid.*, p. 141), aponta Gonzalez, valendo-se das palavras da feminista norte-americana Leslie Cagan.

Se gênero e raça compartilham a mesma proposição quando se quer definir como as opressões acontecem, sua distribuição no mundo também é compartilhada, ou seja, a opressão é um signifiante das relações de gênero e de raça. A estrutura dessas relações pode ser expressa pela definição de feminismo da argentina Judith Astelarra, baseada na: “resistência das *mulheres* em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, características psicológicas baseadas na existência de uma hierarquia entre *homens e mulheres*, a partir da qual a *mulher* é discriminada” (Astelarra, 1970, *apud* Gonzalez, 2020e, 141, *grifos nossos*).

¹¹ Entre as teóricas feministas brasileiras que enfrentaram a questão da raça está Heleieth Saffioti. Essa autora constrói uma análise da formação social considerando que as mulheres negras desempenhavam um papel seminal do sistema produtivo escravista, posição que orientou a formação de classes no pós-Abolição. Saffioti foi pioneira nos estudos de gênero ao demonstrar que o escravismo engendrou interações sociais específicas, mantidas no período seguinte (Gonzalez, 2020c, p. 82). Além disso, Saffioti desenvolve uma análise da instância do particular como significativa para a construção de identidades sociais, construindo uma espécie de teoria materialista da subjetividade, onde o sujeito formado através das relações sociais e a produção de diferenças se dão através do sistema de representação. “A tripla constituição do sujeito – gênero, raça/etnia e classe – afasta a ideia de unicidade. Ao contrário, ele é múltiplo e contraditório, mas não fragmentado. Com efeito, estes três antagonismos constituem um nó (Saffioti, 1987; Saffioti et alii, 1992), que potencia o efeito dessas contradições tomadas, cada uma de per se, isoladamente. A história singular de cada indivíduo só faz sentido na medida em que é determinada pela instância do particular. Daí a possibilidade de recorrer-se, com êxito, à história de vida, a fim de, ao lado da utilização de outras técnicas, se reconstruírem períodos da história e seus nexos” (Saffioti, 1993).

¹² Cf. Davis, 2016.

Gonzalez articula uma interessante manobra para evidenciar a sobreposição das opressões. Quando substituídas as categorias pelas quais se analisa a relação de opressão de homens sobre mulheres pela relação entre brancos e negros, obtém-se a definição de racismo. Assim, a estrutura da sentença que define a resistência feminista passa a definir também a resistência antirracista, que pode ser assumida como “a resistência dos *negros* em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas, características psicológicas baseadas na existência de uma hierarquia entre *brancos* e *negros*, a partir da qual o *negro* é discriminado”. Se a raiz da opressão é a mesma, por que o feminismo ocidental ignora a opressão racial vivida pelas mulheres negras e indígenas? O problema, para Gonzalez, passa pelo racismo por omissão. Para explicar a subordinação do feminismo branco latino-americano ao feminismo europeu, Gonzalez mergulha no campo da teoria psicanalítica a partir de duas categorias: *infans* e o sujeito suposto saber.

Infans, do francês, significa “aquele que não fala”. Na psicanálise, representa aquele que não é sujeito de seu próprio discurso, na medida em que seu discurso é falado pelos outros. Sua raiz epistêmica é atribuída à linguística, onde a infância se caracteriza pelo discurso do outro sobre a criança, que, ao fim e ao cabo, revela um processo de alienação. A criança tutelada pelo adulto não tem propriedade sobre o seu discurso; este é silenciado por um discurso do adulto, que se refere a ela sempre em terceira pessoa, ignorando-a, apesar da sua presença. Isso impede que a própria criança identifique a si mesma como sujeito.

Para Gonzalez, acontece um processo análogo com as mulheres não brancas: “somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (Gonzalez, 2020e, p. 141). A estrutura que inferioriza as mulheres não brancas suprime sua humanidade, porque, além de interditar o discurso, interdita as mulheres racializadas de construir suas próprias histórias. Quando as teorias feministas europeias ignoram a raça como estrutura de opressão vinculada ao gênero, as mulheres negras passam a estar subordinadas a um discurso sobre a opressão que não é o mesmo vivido pelas mulheres brancas. Esta premissa revela a centralidade da teoria psicanalítica no pensamento de Gonzalez e será uma base importante da crítica social da autora.

Já a noção de sujeito suposto saber é mobilizada para pensar os efeitos do racismo no contexto do expediente colonial que molda as relações sociais. Para a autora, essa noção contribui com o entendimento dos mecanismos psíquicos inconscientes do

colonizado ao atribuir superioridade ao colonizador. Neste caso, a teoria psicanalítica lacaniana é associada à teoria fanoniana¹³, que descreve a relação entre colonizado e colonizador, cujo processo ocorre por força da identificação e do reconhecimento de determinadas figuras às quais é atribuído um ideal de sujeito e um conhecimento que o próprio colonizado não tem de si mesmo. No âmbito da teoria lacaniana, essas figuras representam as autoridades do pai, do professor e do psicanalista, e o sujeito suposto saber é analisado à luz da noção de transferência¹⁴.

Analogamente, o feminismo branco cis-hétero latino-americano, ao se sustentar na matriz eurocêntrica e seu efeito neocolonialista, incorpora teorias e práticas de forma alienada como se fossem libertárias. Em outros termos, projeta no feminismo europeu um saber sobre as opressões das mulheres fora da Europa que ele não possui. Ao empreender processos analíticos que reproduzem a estrutura das categorias *infans* e sujeito suposto saber, o feminismo latino-americano branco não incorpora a potência multirracial e pluricultural das sociedades da América Latina.

A obliteração da racialidade não é um problema apenas do feminismo, mas também das teorias sociais. Da leitura do artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (Gonzalez, 2020c), identificamos as motivações de Gonzalez para perseguir algo além do que era apontado pelas análises socioeconômicas sobre a população negra:

O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. [...] Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise (*Ibid.*, p. 77).

¹³ Cf. Fanon, 2020.

¹⁴ É no Seminário VIII que Lacan desenvolve o conceito de objeto parcial – ou seja, o objeto que causa desejo, dada a condição desejante do sujeito – e tem uma característica residual, que escapa ao simbólico (dentro da chave imaginário-simbólico-real) e estrutura o gozo. Esse Seminário, onde a principal referência para Lacan é *O Banquete*, de Platão, define a posição do analista na transferência. A noção de *agalma*, termo grego que significa adorno/adereço, é central para a construção do objeto parcial que estrutura o desejo, tal como identifica Lacan. *Agalma* é o objeto que o outro tem e que nos faz desejar; é uma projeção massiva que fazemos no outro. Grosso modo, a construção do objeto parcial, elaborada por Lacan, depende da projeção de cada sujeito no objeto desejado, suposição que não se encontra no registro do real. Essa noção de objeto parcial tem uma dimensão um tanto fetichista, porque se toma do outro não a sua totalidade, mas o elemento do desejo. Desliza-se em zigue-zague entre vários objetos que se projetam como amados, mas, na experiência do real, o objeto é sempre parcial. Em síntese, o sujeito suposto saber são projeções do sujeito sobre o objeto do amor. Cf. Lacan, 2010.

O recurso à psicanálise nutriu na intelectual uma postura investigativa sobre a relação entre o racismo introjetado no *ethos* brasileiro e a estrutura social moldada pela sobreposição da sociedade escravista por uma sociedade moderna. Foi a psicanálise que permitiu a Gonzalez investigar o “resto que desafia explicações” socioeconômicas. É na linguagem e no jogo entre o aparente e o oculto nas relações raciais que reside o mecanismo racista da sociedade brasileira que a autora procura desvelar. É neste ponto que o uso feito por Gonzalez do conceito de massa marginal pode ser mais bem elucidado ao ser aproximado da noção de *neurose cultural brasileira*. Se a massa marginal condiz com a estruturação do capitalismo dependente, deixando um contingente enorme da população negra fora das possibilidades de inserção da dinâmica produtiva, a *neurose cultural brasileira* naturaliza o racismo como ato fundador dessa sociedade, ignorando que essa população marginalizada queira sair dessa condição. Esse tipo de neurose interdita a população marginalizada pela dinâmica capitalista de qualquer possibilidade de reversão de uma posição social que, no fim, é a manutenção da racionalidade escravista.

Tal orientação está presente tanto nas relações sociais que reproduzem a alienação das pessoas negras quanto nas interpretações sobre a formação social no Brasil, explicitada por Gonzalez nas proposições de Caio Prado Júnior, as quais presumem um certo comportamento das pessoas negras, denotando um desconhecimento completo, senão a própria desumanização dessas pessoas. Com relação ao sociólogo, a autora afirma que:

Nesta perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos, seus filhos [...], de que vínhamos falando. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber (*Ibid.*, p. 84).

Ao destacar o expediente metodológico de um dos intérpretes da formação social do Brasil, Gonzalez aponta para uma outra forma de interpretar essa mesma realidade. A *neurose cultural brasileira* aparece na recusa de assumir a racialidade como fator estruturante dos processos de formação de classe no Brasil.

O neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma, porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. [...] No momento em que ele fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo (*Ibid.*, p. 84).

As críticas, tanto em relação às posições feministas quanto em relação às teorias sociais sobre a realidade brasileira, fazem Gonzalez reestruturar o campo de interpretação sobre esta última. Raça, classe e gênero formam, para ela, categorias estruturantes de análise social, evidenciando aspectos incômodos dessa realidade, como

a produção incessante de violências contra a população negra e pobre. Revelar a violência como traço característico das relações sociais no Brasil é a contribuição fundamental da intelectual amefricana, que sempre se inquietou com a racionalização da exploração racial-capitalista.

É justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objetos de perseguição policial sistemática (esquadrões de morte e “mãos brancas” estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (*Ibid.*, p. 83).

Considerações finais

Entender Lélia Gonzalez como intérprete da formação do Brasil é criar um campo de possibilidades de reinterpretação de uma história que se prolonga no presente, quase como uma repetição, pois o racismo brasileiro se repõe e se adapta em qualquer ambiente político. Traçamos alguns dos momentos em que é possível reconhecer na autora a proposição de uma agenda de investigação sobre a realidade da população negra brasileira. Sua contribuição polissêmica permite que mais de um campo de conhecimento possa ser transtornado pelo forte impacto de suas ideias. Polissemia que está presente na recepção de sua obra também, já que, para alguns, a radicalidade dessa intelectual é um princípio de realidade, e, para outros, um conhecimento sobre uma realidade próxima o suficiente para confundi-la com suas fantasias sociais.

A intenção deste estudo foi compreender os argumentos da autora que permitem o acesso ao conjunto de ideias que torna a realidade brasileira mais complexa do que o ocultamento da raça deixa aparecer. Vimos que o percurso de sua obra pode ser lido a partir de um problema necessário para a compreensão da condição histórica e atual da população negra brasileira. Seu pensamento performa uma radicalidade incomum às teorias sociais de seu tempo, ao passo que ler Gonzalez hoje é restaurar o desejo pelos limites, sair do caminho comum e apaziguador. O que está ocultado nas teorias sociais que interpretam a formação social do Brasil é revelador do que ainda não se tornou um consenso capaz de mobilizar toda a produção da crítica e da história social brasileira. Apesar de todos saberem do que se trata, são poucos da geração da autora que se dispuseram a assumir, como parte estruturante da sociedade brasileira, o racismo que redundava em violências físicas, psicológicas, simbólicas e materiais.

A noção da massa marginal proposta nos debates sobre o capitalismo dependente é necessária para dizer que a produção da precariedade e escassez não é fundamento do sistema capitalista, é resultado da produção do excesso usufruído pelas elites, espremendo a população negra e pobre numa condição de escassez materializada nas condições de moradia, transporte, emprego e educação insuficientes. Resquícios do escravismo? Certamente, mas também efeito da metamorfose capitalista. Se a massa marginal resulta de um tipo de disfunção própria do sistema capitalista, no limite, não se pode esperar que ela se torne funcional.

Gonzalez nos mostra que a saída para tornar essa população marginalizada uma parte articuladora da sociedade brasileira passa por reconhecer que as pessoas que sofrem as consequências de um sistema de exploração devem receber os recursos materiais e simbólicos que lhes foram expropriados. Apesar disso, essa população resiste à degradação da sua condição, forjando relações sociais próprias que não obedecem às *normas* da sociedade brasileira, que expõe a população negra a um ciclo interminável de violências. Reconhecer o pioneirismo de Gonzalez, ao articular o particular da exploração racial num país fundado pela colonização ao geral da exploração capitalista, é fundamental para compreender que a racionalização da violência capitalista-racial desencadeia um ciclo de desumanização e exploração contínuo.

Bibliografia

- Ambra, P. (2019) “O lugar e a fala: a psicanálise contra o racismo em Lélia Gonzalez”. *SIG Revista de Psicanálise*, 8 (1), p. 85-101
- Andrews, G. (1980) *The Afro-argentinians of Buenos Aires*. London: The University of Wisconsin Press. Recuperado de: http://d-scholarship.pitt.edu/21145/1/31735066979950_optimized.pdf.
- Araújo, B. (2020) “Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro”. *Revista Jacobin* (online). Recuperado de: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro>.
- Bairros, L. (2000) “Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994”. *Afro-Ásia*, (23). Doi: <https://doi.org/10.9771/aa.voi23.20990>.
- Bambirra, V. (1978) *O Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular – IELA.
- Barreto, R. (2017) “Lélia Gonzalez para não esquecer!”. *Revista AU*, 2 (2), p. 89-91.
- Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- Fanon, F. (2020) *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. Ubu.

- Fernandes, F. (1976) “25 anos depois: o negro na era atual”. In: Fernandes, F. *Circuito Fechado*. São Paulo: Globo.
- Garrido, M. C. de M. (2018) “Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988”. *Revista Tempo E Argumento*, 10 (25), p. 435-463. Doi: <https://doi.org/10.5965/2175180310252018435>.
- Gonzalez, L. (2020a) “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. In: Rios, F.; Lima, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 25-44.
- _____. (2020b) “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica”. In: Rios, F.; Lima, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-64.
- _____. (2020c) “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: Rios, F.; Lima, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 75-93.
- _____. (2020d) “A categoria político-cultural da amefricanidade”. In: Rios, F.; Lima, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 127-138.
- _____. (2020e) “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: Rios, F.; Lima, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 139-150.
- Hasenbalg, C. (1982) “Raça, classe e mobilidade”. In: Hasenbalg, C.; Gonzalez, L. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Jesus, C. M. de. (2020) *Quarto de Despejo*. São Paulo: Ática.
- Lacan, J. (2010) *O seminário (livro 8): A transferência*. Trad. Dulce Duque Estrada. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marini, R. M. (2022) *Dialética da dependência e outros escritos*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, Karl (2013). “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”. In: Marx, K. *O Capital* (Vol. I). 1.ed. São Paulo: Boitempo.
- Moura, C. (1977). *De bom escravo à mau cidadão?* Rio de Janeiro: Ed. Conquista;
- _____. (1983) “Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo”. *Afro-Ásia*, (14). Doi: <https://doi.org/10.9771/aa.voi14.20824>.
- Paulina, R. (2021) “Nossa Língua pretuguesa”. In: Campos, A. M.; Goes e Lima, R. (orgs.). *A psicanálise em Elipse decolonial*. São Paulo: n-1 edições.
- Queiroz, M. (2021) “Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil”. *Fim do Mundo*, 2 (4), p. 254-180. Doi: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n4.p254-280>.
- Ratts, A.; Rios, F. (2010) *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro.

- Rios, F.; Lima, M. (2020) “Introdução”. In: Rios, F.; Lima, M. (orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 9-21.
- Rios, F. (2021) “Lélia Gonzalez”. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 7 (2), p. 32-41. Recuperado de: www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/lelia-gonzalez.
- Saffioti, H. (1993) “Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social”. In: Adorno, S. *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS.
- Souza, D. de (2005) “A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. *Cadernos Cemarx*, 1(2), p. 114-119.